

negativo em busca da liberdade. Monografia apresentada ao Curso de Filosofia. Orientador: Alberto Dias Gadanha. Fortaleza: UECE, 2011. 59f.

KANGUSSU, Imaculada. *Leis da liberdade, a relação de estética e política na obra de Herbert Marcuse*. São Paulo-SP: Loyola, 2008.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: Uma interpretação Filosófica do pensamento de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MEMÓRIAS do Recôncavo: Besouro e outros capoeiras. Direção de Pedro Abib; Doc Doma Filmes; Bahia, 2006.

REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico*. s/ed., Salvador, BA: Editora Itapuã, 1968.

SOUSA, Manoel Lima. *A morte de Besouro Mangangá*. Cambridge, UK, 2011.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Besouro Cordão de Ouro: o capoeira justiceiro*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: CAUSAS, CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS

Antonio Roberto Xavier

Bolsista do Instituto UFC Virtual — UFC; Doutorando em Educação — UFC; Mestre em Planejamento e Políticas Públicas — UECE; Mestre em Políticas Públicas e Sociedade — UECE; Especialista em História e Sociologia — URCA; Graduado em História UECE.
E-mail: historiadoroberto@hotmail.com

Lisimere Cordeiro do Vale Xavier

Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas — UECE; Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa — UECE; Licenciada Plena em Pedagogia e Letras — UECE; Professora da Rede Pública de Educação Estadual e Municipal; Professora Prestadora de Serviços nos Cursos de Graduação e Pós-graduação de Pedagogia e Letras da UVA; FVJ e IESC.

Introdução

Durante um bom tempo alguns historiadores empenharam-se em discutir se o Brasil foi descoberto por acaso ou não

[...]. Ainda que não existam documentos para fornecer provas a qualquer das duas posições, estudos mais recentes tendem a aceitar o caráter intencional da chegada dos primeiros portugueses ao Brasil. A Coroa portuguesa sabia da existência de terras nesta parte do mundo, especialmente depois da viagem de Colombo, em 1492. Prova disso foi a longa negociação de D. João II com a Espanha que, em 1494, resultou no Tratado de Tordesilhas. Estabelecia-se então que pertenciam a Portugal as terras existentes 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, [...] (CAMPOS, 1991, p. 26).

A Colonização oficial pelos portugueses das terras que mais tarde seriam chamadas de Brasil não foi por acaso. O projeto de expansão marítima encetado pelos europeus em busca de território e riquezas, além de uma necessidade, fazia parte também dos planos das monarquias nacionais consolidadas a partir da segunda metade do século XIV. Tendo sido Portugal uma dessas monarquias pioneiras permite entendermos, naturalmente, que essa nação tenha se projetado ao longo dos mares em busca de conquistas. Esses fatos estão diretamente ligados com o fim da Idade Medieval (século XV) e, principalmente, com a substituição do modo de produção Feudal para o Capitalismo do mundo moderno.

Em meados do século XV, sobretudo com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453 d. C., o Mediterrâneo passou a ser alvo fecundo para a expansão marítima em todas as direções. A partir de então despontava uma verdadeira Revolução Comercial através dos mares. Concorrendo literalmente com a Espanha (outra monarquia também consolidada) Portugal lança-se ao mar destemidamente. O tão sonhado caminho para as índias em busca de tecidos e especiarias preciosas, tais como: alho, noz, moscado, açúcar, sal, seda, metais, etc. parecia ser uma realidade. Assim, após acreditar na tese da esfericidade da terra e de contornar o continente africano, uma expedição portuguesa comandada por Vasco da Gama aportou em Calicute, na Índia, no mês de maio de 1498. Finalmente, o grande objetivo português se concretizava.

Após ser informado da existência de terras além Atlântico (atual Brasil), D. Manuel, o Venturoso (1495-1521), rei de

Portugal, determinou a organização de uma esquadra, composta de treze navios sob o Comando do fidalgo e capitão-mor, Pedro Álvares Cabral. No dia 9 de março, partiu Cabral de Lisboa a fora visando consolidar o reino oriental nas Índias, porém explorando regiões do Atlântico Sul. Na tarde do dia 22 de abril a esquadra de Cabral se deparou com terra firme já do outro lado do Atlântico. Tratava-se de um Monte arredondado no litoral do atual Estado da Bahia. Por ser páscoa Cabral denominou-o de Monte Pascoal. E por achar se tratar de uma Ilha chamou de Ilha de Vera Cruz (cruz verdadeira).

Depois de fundear a esquadra, explorar certa parte do litoral baiano, celebrar duas missas no decorrer de 10 dias, trocar alguns objetos com os nativos (índios) que encontraram descalços e sem roupa alguma, a frota cabralina seguiu rumo às Índias chegando a Calicute no mês de setembro de 1500. Ao partir, Cabral deixou na nova terra 2 degredados¹ e 2 grumetes² desertores³.

O Brasil Antes de 1500

Dizer que o Brasil é o resultado ou consequência da casualidade da viagem marítima de um certo almirante e diplomata, a serviço da Coroa portuguesa, Pedro Álvares Cabral (1467-1520), é no mínimo ignóbil, irreal e pretensioso. Mais grave, ainda, é comemorar o nascimento do País a partir de um

¹ Desterrados, sem terra-pátria ou de outra pátria

² Aprendizes de marinheiro

³ Militares que abandonam a organização militar que servem sem licença

marco cerrado, o ano de 1500, de nossa era cristã. Deste modo, se comete um dos cruéis assassinatos: a morte do tempo histórico. “O tempo não pára”, já dizia o jovem Cazuzu⁴. As ações, as conquistas, as construções, desconstruções ideológicas, as paixões, desejos e anseios a serem perseguidos são todos frutos de perspectivas e planejamentos anteriores, de uma dinâmica progressiva reinante na sociedade. Não se pode analisar a história de um povo a partir de uma data pronta e acabada ou de um acontecimento isolado, fundante, momento passado originário. Conforme Menezes (1991-92, p. 20), “[...] Somos, provavelmente, o único povo civilizado que pensa a partir de um grau zero da história. Não conseguimos ver-nos de fato nas nações indígenas que aqui existiam anteriormente à vinda dos europeus”.

No final do século XIV, com a decadência do feudalismo — modo de produção baseado na riqueza exclusiva da terra e que buscava auto-suficiência produtiva e militar — vários reinos caíram em crise econômica profunda. Ao buscar uma alternativa com o objetivo de superar essa crise econômica, provocada por guerras, peste e novas mercadorias, o mundo ocidental pôs fim à Idade Média. A alternativa viria com a Expansão Marítima que tinha pela frente um Oceano enorme, inexplorado e tenebroso, que o imaginário europeu preenchia de mitos e monstros.

Com efeito, a conquista, exploração e colonização da nova terra encontrada pelos portugueses, posteriormente,

⁴ Nome artístico de Agenor de Miranda Araújo Neto, nascido no Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1958 e falecido, em 7 de julho de 1990, em território fluminense. Foi cantor e compositor e principal da banda Barão Vermelho.

chamada ‘Brasil’, fazia parte de um projeto maior e estava inserido no contexto de expansão do capitalismo comercial e no interesse da Igreja Católica em garantir sua presença em novas terras ocidentais. A necessidade de expansão territorial para exploração a fim de obterem riquezas e poder era a força motriz da expansão da Ibéria, iniciada com Portugal. Em consequência dessa insana busca de poder e riqueza e sem um projeto metodológico de colonizar ou de empreendedorismo fixo para as futuras terras conquistadas, os exploradores dispensaram aos nativos das novas terras: violência, morticínio, desprezo cultural e seu legado arcaico com caracteres medievalistas (MORSE, 1988).

É possível assinalar algumas razões determinantes para que a Coroa portuguesa decidisse colonizar a nova terra ‘descoberta’ oficialmente por Cabral. O gasto excessivo com o luxo da Corte portuguesa durante o reinado de D. Manuel I, o Venturoso (1495-1521), que teve consequências trágicas para a manutenção dos domínios lusitanos na Ásia; a exploração do pau-brasil (madeira de onde se extraía um corante vermelho para a tinturaria, pintura de miniaturas e manuscritos similar ao *brésil* oriundo, muito antes, do oriente) por outros povos; a saída de capitais do país de grandes investidores judeus por causa da grande perseguição lusa; os altos juros cobrados sobre os empréstimos de outros países europeus concedidos a Portugal e a concorrência com outros reinos da época.

[...], o pau-brasil: árvore alta e grossa de casca cinza, coberta de espinhos, cerne vermelho e flor amarela. *Caesalpinia Echinata* para os cientistas, o pau-brasil

era chamado de ibirapitanga, ou pau vermelho, pelos indígenas. Os exploradores portugueses a identificaram logo porque desde o século XII era conhecida árvore semelhante, a *CaesalpiniaSappan*, chamada de Brazil ou de variantes deste nome, importada da Ásia, sobretudo do Ceilão e da Indonésia. A madeira desta árvore era usada principalmente como corante de pães e, em menor escala, para preparo de tintas. Por ser muito dura, usava-se também em construção e fabricação de instrumentos musicais. Há registros do nome na Itália desde o século XI e na Espanha desde o século XII. Marco Pólo fala em *brésil*, e no Roteiro da viagem de Vasco da Gama menciona-se a existência de “muito bom *brasyll*, o qual faz muito fino vermelho” [...], Capistrano de Abreu, menciona uma outra vertente do nome Brasil [...]. Trata-se de uma ilha mítica supostamente localizada à altura da costa irlandesa. Era uma das muitas ilhas ou terras fantásticas que povoaram o imaginário europeu desde a Idade Média, a Ilha Brazil, que aparece em vários mapas desde 1375, como no Atlas de Catalan, desse ano, e no de Mercator, de 1595 (CARVALHO, 2006, p. 17-18, grifos do autor).

Destarte, é preciso afastar esse “mito fundador” que ao longo do tempo tem acompanhado os ensinamentos sobre o País e que já está arraigado no universo mental dos brasileiros (CHAUÍ, 2000, p. 10).

A partir da decisão por parte da Metrópole de colonizar a nova terra, com base na agricultura, a tragédia das inúmeras nações nativas existentes em tão vasto território estava anunciada. O bem e a riqueza maior para os nativos — a terra — passava a ser também cobiça e fonte de exploração dos

portugueses. Destarte, os milhares de nativos existentes em território brasileiro foram ignorados e dizimados gradativamente física e culturalmente.

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses e em especial os padres foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais (FAUSTO, 2002, p. 16).

Estava, a partir de então, lançada as páginas de uma triste história de seres humanos inocentes e alheios a um projeto iníquo, egoísta, ambicioso e mortífero engendrado pela Nova Ordem da época: a Expansão Mercantilista.

Incentivo a Colonização pela Empresa Agrícola

Não encontrando metais preciosos como ouro e prata, existentes na América-Espanhola, o escrivão Pero Vaz de Caminha escreveu ao Rei de Portugal informando que a terra em apreço, pelas águas e pelo clima, era apropriadíssima para a exploração agrícola comparando com as terras entre os rios em Portugal.

Os portugueses decidiram explorar riquezas naturais baseando-se na empresa agrícola, cuja exploração exigia uma engenhosidade primorosa. Desta forma é que Portugal, através de um invento de sofisticação ímpar, o engenho, iniciou a

fabricação de uma das especiarias mais cobiçadas e valorizadas da época: o açúcar.

Como os portugueses preferem “[...] o ócio [...] mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 38) e os que vinham para cá se consideravam todos fidalgos (filhos de algo), além de que o interesse da coroa era exclusivamente extrair riqueza e não empreender, necessário se fazia à importação da mão-de-obra escrava africana, pois para os fidalgos o trabalho era desonroso.

Nesse sentido, Portugal, que já havia experimentado o trabalho africano em outras colônias, iniciou o tráfico negreiro para o Brasil com o objetivo de expandir a empresa açucareira.

Diversos fatores colaboraram para a utilização do escravo negro. A inadaptabilidade do índio ao trabalho sedentário; o fato de que entre os índios o cuidado com as plantações era uma tarefa feminina; sua forte resistência à escravidão, procurando fugir. Em casos extremos, recorriam ao suicídio. O uso do africano se ajustava aos interesses dos colonos, pois era trazido na condição de escravo já adaptado ao trabalho agrícola; o tráfico era benéfico ao governo português, que cobrava impostos sobre a mercadoria importada (SCHNEEBERGER, 2003, p. 60).

Com o objetivo de dar continuidade a empresa agrícola, em terras brasileiras, a Coroa portuguesa traçou um projeto arquitetônico para a administração baseada no ruralismo, na agricultura e na mão-de-obra escrava que duraria quase 04 (quatro) séculos. Três eram os componentes básicos deste

projeto arquitetônico, que compunham uma fazenda canavieira: a casa-grande, residência oficial do senhor de engenho, símbolo de seu poder e mando, na qual morava com sua família e agregados; a senzala, extensão da casa-grande, onde habitava coletivamente os escravos; e a capela, local dos serviços religiosos e disseminação da religião católica. Assim,

O primeiro traço a destacar-se, no estudo do caso brasileiro, é o da origem colonial. É preciso distinguir, ainda, no amplo quadro da origem colonial (que abrange todos os continentes, salvo a Europa) que, no caso do Brasil, trata-se antes de mais nada, de uma “civilização” transplantada [...]. Os elementos destinados à empresa de “colonização”, isto é, de ocupação produtiva — no caso do Brasil — provém do exterior, são para aqui transplantados, tanto os senhores — os que exploram o trabalho alheio — como os trabalhadores — os escravos. Uns vêm da Europa, em reduzido número, outros da África, em avultado número, quando a empresa produtora aparece acabada, quando em pleno funcionamento. Assim, provém do exterior tanto os elementos humanos como os recursos materiais. A empresa se destina a enriquecer os que exploram o trabalho; a produção se destina a mercados externos (SODRÉ, 1994, p. 04).

Com efeito, a formação da sociedade brasileira efetiva-se com os ares de além-oceano atlântico com ventos oriundos de cultura estranha às nações nativas que aqui já habitavam desde tempos bem mais antigos. O resultado disso foi desastroso para a sociedade que viria a se formar neste vasto território.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 31).

Destarte, a colonização exploradora e expropriativa nestas terras deixaram como legado a miséria em seus mais extensos sentidos. Passada a fase conhecida como pré-colonial (1500-1530), a Metrópole portuguesa, não tendo condições financeiras de assumir diretamente a missão colonizadora da enorme quantidade de terras, opta pela iniciativa privada. Baseando-se na experiência obtida na colonização da ilha atlântica de Madeira, o governo português decidiu implantar aqui o sistema de Capitânicas Hereditárias. Foram criadas 14 capitânicas distribuídas em 15 lotes e doadas a 12 donatários, através do instrumento legal conhecido como “Carta de Doação”, que permitia ao donatário usufruir todas as vantagens da capitania, porém, um outro dispositivo legal, o Foral, estimulava o usufruto e a administração daquele lote de terra, mas a venda não (CAMPOS, 1991).

Com características administrativas descentralizadas, o Sistema de Capitânicas Hereditárias foi sendo substituído por Capitânicas do Rei através do Governo Geral, de modo que em 1759, o ministro real, Marquês de Pombal, extingue as

últimas capitânicas. Diante do fracasso do sistema capitânico, dos constantes ataques estrangeiros à costa litorânea brasileira e percebendo que para administrar a colônia era necessário um poder centralizador. O governo português desapropriou a capitania baiana e instalou definitivamente o Sistema de Governo Geral que juntamente com três auxiliares: o provedor-mor (espécie de ministro fazendário), o capitão-mor (espécie de ministro da defesa) ouvidor-mor (espécie de ministro da justiça) deveria administrar a Colônia com o objetivo de coordenar a defesa interna e externa territorial, incentivar a economia, cobrar impostos e taxas para a metrópole e organizar a administração pública e a justiça.

A estrutura do Governo Geral juntamente com o Senado da Câmara (Câmaras Municipais formadas por vereadores dos grandes proprietários rurais, sob a presidência de um juiz), responsável pela administração, fiscalização, justiça e economia, locais, significou pelo menos dois séculos de administração da aristocracia rural da Colônia.

A população colonial, inicialmente, foi formada, na sua grande maioria por portugueses degredados, judeus perseguidos, aventureiros ávidos por riquezas e alguns nobres arruinados financeiramente. Nesse período a miscigenação étnica entre, “brancos”, nativos e negros foi intensa. Do cruzamento entre branco e nativo (índio), resultava em mameluco; do negro com o branco, no mulato e do negro com o nativo o resultado era o cafuzo. Apesar da grande maioria étnica da população do Brasil ser a mestiça, “os brancos”, (portugueses) formavam a classe dominante política e economicamente.

Assim, se formou em terras brasileiras coloniais, uma sociedade dicotômica entre duas classes sociais: dominantes e dominados, com grandes disparidades sociais. A classe dominante era formada pela elite social colonial rural: grandes proprietários de terras, donos de escravos (senhores de engenho) que aliados a uma segunda categoria, autoridades civis, militares e religiosas detinha pleno poder pátrio sobre a segunda classe social: os escravos. Era um tipo de sociedade rural, agrária, escravista, tradicional, patriarcal e aristocrática (XAVIER, 2006).

Esse tipo de sociedade prevaleceu, na Sociedade Açucareira, de 1500 a segunda metade do século XVII, que era constituída, basicamente pelo senhor de engenho e sua família, dependentes agregados e escravos. Algumas mudanças ocorreram na chamada Sociedade Colonial Mineradora, pois na corrida em busca de ouro houve um princípio de centros urbanos e a formação de vários grupos sociais, como comerciantes, mercadores, viajantes, profissionais liberais que participavam de negociações diversas. A Sociedade Mineradora era formada estratificadamente por ricos mineradores, coroa portuguesa, pequenos mineradores, comerciantes militares de baixa patente, religiosos e por último os escravos. A diversidade de vários grupos sociais e o contato de todos com todos caracteriza a Sociedade Mineradora mais aberta, mais democrática e menos verticalizada onde se acentuava as propostas de negócios (SODRÉ, 1994).

Com as transformações ocorridas, sobretudo na segunda metade do século XVIII, o sistema colonial estava fadado

ao desaparecimento. A transformação do capitalismo comercial para industrial, implementado pela revolução industrial inglesa, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte (EUA) para uma república liberal e federativa (04 de julho de 1776), os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade reivindicados na Revolução Francesa (14 de julho de 1789), marco da tomada da Bastilha e a necessidade de novos mercados comerciais para a expansão do próprio capitalismo, justificavam a teoria do liberalismo econômico. A política centralizadora e controladora dos mercados comerciais, praticada pelo Mercantilismo e sua aliança às Monarquias absolutas precisavam ser substituídas.

É nesse contexto mundial que os pactos coloniais, os monopólios das metrópoles e restrições do sistema colonial mercantilista não tinham mais sentido e, portanto, começava sua crise. Decorrente dessas causas, o movimento de libertação colonial avivava-se em toda Ibero-América. No Brasil foram vários os movimentos pela emancipação da colônia, fosse de caráter local: Conjuração Mineira (1789) fosse de caráter geral: Conjuração Baiana (1798). O resultado disso foi o processo de independência política com a manutenção das velhas estruturas econômicas e sociais na Ibero-América, no século XIX, pois,

Ao longo do século XIX, à medida que foram se consolidando como Estados Liberais, oligárquicos e não democráticos, as nações latino-americanas passaram a extrair e produzir preferencialmente aqueles artigos de interesse direto dos países centrais e de suas indús-

trias em expansão. Ao invés de especiarias tropicais e metais preciosos, começaram a ser exportados guano (Peru), trigo (Argentina, Chile), produtos pecuários (Uruguai, Argentina), salitre (Chile), cobre (Chile), estanho (Bolívia), petróleo (Venezuela, Peru, México), borracha e algodão (Brasil) e alguns artigos para alimentação como milho e batata (Equador)...Restaria ainda lembrar que a tradição colonial de exportação de especiarias tropicais foi mantida, no século XIX, pelos países que exportaram café (Brasil, Colômbia, Venezuela e países centro-americanos) e açúcar (regiões antilhanas, México, Peru e Brasil) (LOPEZ, 1986, p.84-85).

Sem dúvida, o processo de independência dos países da Ibero-América no século XIX, não significou inserção na modernização nem desenvolvimento hegemônico da infraestrutura. Ao contrário, significou poder político concentrado nas mãos de chefes caudilhos — na América espanhola —, nas mãos de monarcas e aristocracia rural — na América portuguesa — e camadas populares distantes do governo, economia agroexportadora e dependência do capital estrangeiro.

Com efeito, se na América espanhola a emancipação das colônias foi conseguida por meio de lutas armadas, causando de certa forma um trauma entre Metrópole e os neo-países-caudilhescos. Por outro lado, a emancipação do Brasil ocorreu de forma pacífica e criou o mito da cordialidade do homem brasileiro se entendermos cordialidade como passividade. De fato, o processo de Independência do Brasil significou apenas a transferência do trono de pai para filho. Outro fato bastante

diferenciador da emancipação das colônias espanholas e da colônia portuguesa foi o interesse comum das oligarquias brasileiras por um poder central comandado por um Monarca. A construção pacífica de um Estado nacional e a manutenção do monopólio da metrópole significaria a garantia de que a propriedade e a escravidão ficariam inatingíveis no Brasil.

Considerações Finais

Podemos concluir com este trabalho que a colonização brasileira foi consequência da necessidade de expansão comercial, territorial e marítima cujo objetivo maior era o angariamento de riquezas móveis e imóveis. Aliada a esta causa primeira estava também o projeto da Igreja Católica de expandir sua fé pelo mundo ocidental.

Desse modo, Portugal como pioneira Monarquia consolidada se lança ao Atlântico com a finalidade de alcançar seus objetivos expansionistas. A necessidade de minimizar as despesas com a Coroa Portuguesa constituía-se em outra meta a ser alcançada. Ao atingir estas terras que passou a ser colônia de exploração em todos os sentidos os iberos portugueses importaram não só sua cultura, mas a forma de vivermos.

Assim, somos uma nação miscigenada não só no aspecto fisiológico, mas em seus demais sufixos. Todavia, ultimamente, vários estudos e esforços tem sido implementados no sentido de se perceber as nossas reais raízes anteriores ao lusitanismo que aqui foi legado e disseminado em tão vasto território.

Referências

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. — 26. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. *História do Brasil*. — 2. ed. — São Paulo: Atual, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. Meu nome é Brasil — O Brasil e seus nomes. *Revista de História da Biblioteca nacional*. Ano 2. Nº 15. Dez./2006.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Ábramo, 2000.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. — 1. ed. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa oficial do Estado, 2002.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MENEZES, E. Diatahy B. A Cultura Brasileira “descobre” o Brasil, ou ‘Que País é este?!’ — uma pergunta à cata de resposta. São Paulo: *Revista USP*, Nº. 12, Dez-Jan-Fev, 1991-1992, pp. 76-93.

MORSE, Richard McGee. *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHNEERBERGER, *Minimanual compacto de história Brasileira*. — 1. ed.- São Paulo: Rideel, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. — 17. ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

XAVIER, Antonio Roberto. *Síntese de História sócio-política do Brasil: da Colônia à República Velha*. URCA, 2006. Monografia. p.76. (Curso de Especialização em História e Sociologia).